



# **REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

# **Regulamento para Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município da Trofa**

## **Preâmbulo**

***“A Família tem direito à protecção da Sociedade e do Estado e à efectividade de todas as condições que permitem a realização pessoal dos seus membros”*** (Artº 67ª da Constituição da República Portuguesa).

É por a família ser um elemento fundamental da sociedade e por ser reconhecido como um dos sistemas dinâmicos e interactivos mais importantes, que a Câmara Municipal da Trofa procura criar condições para o desenvolvimento social, cultural e económico, apoiando os seus munícipes, sobretudo os estratos sociais mais desfavorecidos.

Procurando implementar uma política de aproximação às pessoas que mais precisam, através de medidas concretas que lhes permitam caminhar em direcção a uma vida mais digna, a Câmara Municipal da Trofa pretende criar um projecto de apoio a estratos sociais desfavorecidos, cujas regras se encontram definidas no presente Regulamento.

Este apoio pretende promover o acesso das famílias do concelho da Trofa a bens e serviços essenciais, dadas as suas dificuldades económicas em suportar aqueles custos.

O apoio a estratos sociais mais desfavorecidos deverá funcionar como um instrumento de suporte às dificuldades inerentes à gestão familiar, não pretendendo, assim, colmatar todas as necessidades mensais das famílias trofenses, mas algumas lacunas, de forma a garantir que as mesmas procurem o equilíbrio e a autonomia e não a dependência.

Considerando a existência de numerosas famílias com uma diversidade de problemas, nomeadamente, de insuficiência e insegurança de

rendimentos, baixos níveis de escolaridade ou de qualificação profissional, abandono precoce e problemas de saúde.

Considerando a necessidade de intervir de forma imediata, no sentido de melhorar a qualidade de vida das famílias;

Considerando a necessidade de implementar respostas que visem o suporte familiar, no sentido de promover o fluxo de recursos e apoios à família, de modo a fortalecer o seu funcionamento, promovendo o crescimento e desenvolvimento dos seus membros como um todo;

E considerando a urgência de respostas concretas para as formas extremas de exclusão, garantindo que as políticas de inclusão social sejam bem coordenadas possibilitando a sua eficiência e eficácia.

Assim, entende-se de submeter a aprovação o presente Regulamento, elaborado nos termos do disposto na alínea c) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **CAPITULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1º**

#### **Âmbito e Objecto**

1 – O presente regulamento visa a prestação de apoios através dos meios mais adequados, aos estratos sociais da população mais desfavorecidos, residentes no Município da Trofa, e/ou em articulação ou complementaridade com as restantes instituições ou respostas do meio.

2 - Para efeitos do número anterior, o município actuará no apoio, nomeadamente nas seguintes áreas:

- a) Saúde;
- b) Habitação;

- c) Deficiência;
- d) Subsistência;
- e) Apoios pontuais a situações de excepção e que não se enquadram nas outras áreas de actuação.

## **Artigo 2º**

### **Lei habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no nº 8 do artigo 112º e artigo 241º da Constituição da Republica Portuguesa, estabelecido na alínea c) do nº 4 e alínea a) do nº 7 do artigo 64º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5A/2002 de 11 de Janeiro.

## **Artigo 3º**

### **Definições**

Para efeitos da aplicação do presente regulamento entende-se por:

- a) Estratos Sociais desfavorecidos ou dependentes** – os indivíduos, com idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior, desde que estejam em situação de autonomia económica, em relação aos quais se verifiquem as condições estabelecidas no presente regulamento, e cujos rendimentos per capita, depois de deduzidas as despesas de habitação e de saúde crónica (medicamentos e tratamentos) devidamente comprovadas, não sejam superiores à pensão social do regime não contributivo da segurança social;
- b) Menor em situação de autonomia económica** – o indivíduo com idade inferior a 18 anos que não esteja na efectiva dependência económica de outrem a quem incumba, legalmente, obrigação

alimentar, nem se encontre em instituição, oficial ou particular, ou em situação de colocação familiar;

**c) Agregado familiar** – Para efeitos do presente regulamento, considera-se que, para além do requerente do apoio, integram o respectivo agregado familiar, desde que com ele vivam em economia comum:

- 1) – O cônjuge ou pessoa que viva com o beneficiário, em união de facto, há mais de um ano;
- 2) – Os menores, quando parentes em linha recta até ao 2º grau;
- 3) – Os menores, quando parentes em linha colateral até ao 2º grau;
- 4) – Os menores adoptados plenamente;
- 5) – Os menores adoptados restritamente;
- 6) – Os afins menores, até ao 2º grau da linha recta e colateral;
- 7) – Os tutelados menores;
- 8) – Os membros que lhe sejam confiados por decisão judicial ou dos serviços tutelados de menores;
- 9) – Os menores em vias de adopção, desde que o processo legal respectivo tenha sido iniciado;
- 10) – Os maiores que estejam na exclusiva dependência económica do requerente.

**d) – Economia comum** – Considera-se que vivem em economia comum com o requerente do apoio a prestar, as pessoas referidas na alínea c) deste mesmo artigo, que com o mesmo habitem. Considera-se, para efeitos deste regulamento, que a situação de economia comum se mantém nos casos em que se verifique a deslocação, por período igual ou inferior a 30 dias, do titular ou de algum dos membros do seu agregado familiar e, ainda por período superior, se a mesma for devida por razões de saúde, cumprimento

da medida ou pena privativa da liberdade, estudos, formação profissional ou de relação de trabalho que revista carácter temporário.

- e) **Exclusiva dependência económica** – Considera-se que estão em exclusiva dependência económica as pessoas que, vivendo em economia comum, sejam maiores ou menores, não auferam rendimentos próprios superiores a 70% do valor contributivo da pensão social do regime não contributivo da segurança social.
- f) **Rendimento** – valor mensal composto por todos os recursos do agregado familiar que sejam traduzidos ou traduzíveis em numerário, designadamente os provenientes do trabalho, reformas, pensões, rendimentos prediais ou quaisquer outros com carácter duradouro ou habitual, com excepção das prestações familiares, subsídios de renda, bolsas de estudo.
- g) **Cuidados de Saúde** – os cuidados médicos, nomeadamente consultas de especialidade e intervenções cirúrgicas, prestados aos estratos sociais desfavorecidos ou dependentes residentes no município da Trofa.
- h) **Situações de carácter urgente** – quando uma família ou um indivíduo estejam em risco eminente, havendo a necessidade de recurso às alíneas a), b), c), e d) do n.º 2 do artigo 1º.

#### **Artigo 4º**

##### **Competência**

A atribuição dos apoios, previstos no presente Regulamento, é da competência da Câmara Municipal da Trofa, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores.

## **Artigo 5º**

### **Protocolos de colaboração com entidades terceiras**

As competências previstas no presente regulamento poderão ser objecto de protocolo de colaboração, a celebrar com as Juntas de Freguesia, instituições públicas, particulares, cooperativas e de solidariedade social que exerçam a sua actividade na área do município da Trofa e outros organismos da Administração central.

## **Artigo 6º**

### **Orçamento**

O Município, anualmente, dotará no orçamento uma verba destinada à execução do presente Regulamento.

## **Artigo 7º**

### **Apoios**

1 – A prestação dos apoios, nos termos do presente regulamento, possui carácter transitório, e poderá traduzir-se em apoios de natureza mais adequada à satisfação das respectivas necessidades.

2 – Salvo casos excepcionais e devidamente justificados, a prestação dos apoios previstos no presente regulamento, não pode ser superior a seis meses consecutivos.

3 – Salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados pela Divisão de Acção Social e Saúde da Câmara Municipal e mediante autorização do órgão executivo ou de quem em este delegar, os apoios previstos no presente regulamento não são cumuláveis entre si,

nem com outros apoios, prestados por outras entidades ou organismos destinados ao mesmo fim.

## **Artigo 8º**

### **Acordo de prestação do apoio**

1 – Os apoios a conceder no âmbito do presente regulamento, serão prestados através da celebração de um acordo entre a Câmara Municipal da Trofa e o respectivo beneficiário, do qual deverá constar a identificação das necessidades a colmatar, os apoios a conceder, o prazo, as condições de prestação do mesmo e as obrigações assumidas pelo beneficiário do referido apoio.

2 – A incumprimento do acordo referido no número anterior, por motivos imputáveis ao beneficiário, determina a cessação da prestação do referido apoio.

## **CAPITULO II**

### **Procedimento**

#### **Secção I**

#### **Disposições gerais**

### **Artigo 9º**

#### **Legitimidade**

Têm legitimidade para requerer a atribuição dos apoios previstos neste regulamento, os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior, desde que estejam em situação de autonomia económica, que satisfaçam as restantes condições de atribuição previstas no presente regulamento.



## **Artigo 10º**

### **Requisitos e condições gerais de atribuição**

1 – A atribuição dos apoios depende da verificação cumulativa dos requisitos e das condições seguintes:

a) Residência na área do Município da Trofa, há pelo menos dois anos;

b) Fornecer todos os meios probatórios que sejam solicitados no âmbito da instrução do processo, nomeadamente ao nível da avaliação da situação patrimonial, financeira e económica do requerente e dos membros do seu agregado familiar;

c) Permitir aos serviços da Acção Social da Câmara Municipal da Trofa o acesso a todas as informações relevantes para efectuar a avaliação referida na alínea anterior.

2 – O cálculo do rendimento per capita mensal do agregado familiar é realizado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = (RF - D) / (12 \times N)$$

R = Rendimento per capita;

RF = Rendimento anual ilíquido do próprio ou do agregado familiar;

D = Despesas com empréstimos para habitação ou renda de casa e de saúde crónica (medicamentos e tratamentos) devidamente comprovadas;

N = Número de elementos do agregado familiar.

3 – A atribuição dos apoios previstos no presente regulamento, depende, ainda, da verificação das condições específicas previstas para cada uma das áreas de actuação.

## **Artigo 11º**

### **Confidencialidade**

Todas as pessoas envolvidas no processamento, gestão e atribuição dos apoios sociais previstos no presente Regulamento, devem assegurar a confidencialidade dos dados pessoais dos requerentes e beneficiários destes apoios e limitar a sua utilização aos fins a que se destina.

## **Artigo 12º**

### **Documentos que acompanham a candidatura**

1 – O processo de candidatura aos apoios a conceder deve ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Formulário de candidatura devidamente preenchido;
- b) Declaração, sob o compromisso de honra do requerente, da veracidade de todas as declarações prestadas no formulário de candidatura;
- c) Atestado de residência e composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da residência do agregado;
- d) Fotocópias do Bilhete de Identidade ou cédula pessoal do requerente e de todos os elementos do agregado familiar;
- e) Fotocópias do cartão de contribuinte do requerente e de todos os elementos de agregado familiar;
- f) Fotocópia do cartão de beneficiário da segurança social, do requerente e de todos os elementos do agregado familiar;
- g) Contrato de arrendamento e/ou recibo de renda de casa, quando aplicável;
- h) Declaração da instituição bancária comprovativo da amortização da casa, quando aplicável;
- i) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar do requerente, nomeadamente:

i) Apresentação da última declaração de rendimentos anual (IRS) ou declaração do rendimento mensal actual, de todos os elementos do agregado familiar, emitida pela entidade patronal ou por conta da entidade donde são provenientes os rendimentos;

ii) Fotocopia do último recibo de pensão, dos elementos que se encontrem nessa situação;

iii) Declaração do rendimento social de inserção, se for o caso, emitido pelo Centro Regional de Segurança Social, onde conste a composição do agregado familiar, o valor da prestação e os rendimentos para o efeito de cálculo da mesma;

iv) Declaração, emitido pelo Centro Regional de Segurança Social, da prestação de qualquer outro apoio de carácter eventual ou mensal prestado pela Acção Social da Segurança Social;

v) Documentos exigidos, pelo presente regulamento, especificamente para cada uma das áreas de actuação.

2 – O requerente poderá, ainda, apresentar outros documentos que considere necessários para comprovar a situação económica, tais como despesas de saúde.

## **Secção II**

### **Do processo de atribuição do apoio**

#### **Artigo 13º**

##### **Requerimento**

1 – A candidatura à atribuição dos apoios, previstos no presente regulamento, deverá ser feita mediante o preenchimento do Formulário de Candidatura em modelo próprio a fornecer pela Câmara Municipal da Trofa.

2 – O Formulário de Candidatura, previsto no número anterior, deverá ser apresentado e recebido na Divisão de Acção Social e Saúde da Câmara

Municipal da Trofa, juntamente com os documentos a que se refere o artigo anterior.

## **Artigo 14º**

### **Instrução do processo**

1 – A Divisão de Acção Social e Saúde, após a recepção das candidaturas e respectivos documentos, devem proceder à análise preliminar da candidatura e elaborar informação para despacho/deliberação.

2 – Para efeitos do número anterior, deverão os serviços promover uma entrevista individual, para a avaliação e diagnóstico da situação do requerente, na qual será preenchido um processo individual onde constarão os dados de identificação do requerente e de todos os elementos do agregado familiar, situação profissional, escolar e de habitabilidade, rendimentos e as despesas mensais que conduzem ao rendimento per capita.

3 – Após a entrevista individual, poderão os serviços, no caso de considerarem necessário, proceder à visita domiciliária ou outras diligências, com vista a confirmar os dados fornecidos pelo requerente e complementar a informação para despacho.

## **Artigo 15º**

### **Indeferimento liminar**

1- Sempre que das declarações constantes do formulário e dos documentos probatórios apresentados, se possa concluir, com segurança, pela inexistência do direito de apoio, deve constar, desde logo, da informação para despacho/deliberação, a proposta de indeferimento.

2 – Quando a proposta referida no número anterior merecer concordância, devem os serviços, nos termos do artigo 100º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, proceder à audiência prévia do requerente.

3 – Findo o prazo para a audiência prévia, sem que haja resposta do requerente ou a mesma não for susceptível de alterar o sentido da decisão, deve ser proferida a decisão de indeferimento e comunicado, o mesmo, ao requerente.

### **Artigo 16º**

#### **Diagnóstico**

Após a instrução do processo nos termos da presente secção e com base nos elementos obtidos pelo contacto directo ou indirecto, com o requerente e/ou membros do seu agregado familiar, deverão os serviços da acção social, elaborar um relatório social, e do qual deverá, apenas, constar o parecer fundamentado sobre os elementos pertinentes para a decisão sobre a atribuição do apoio solicitado.

### **Artigo 17º**

#### **Relatório Social**

1 – O relatório social a que se refere o artigo anterior constitui um diagnóstico social, constante de documento próprio, sobre a situação do requerente e do agregado familiar e dele devem constar, nomeadamente os seguintes elementos:

a) Identidade do requerente e das pessoas que com o mesmo vivam em economia comum e na exclusiva dependência económica daquele ou do respectivo agregado familiar;

b) Relações de parentesco entre o requerente do apoio e as pessoas que com ele vivam nas condições previstas na alínea anterior;

c) Rendimentos e situação patrimonial do requerente e dos restantes membros do agregado familiar;

d) Identificação dos principais problemas e das situações jurídico legais que condicionam a autonomia social, económica do titular e dos membros do agregado familiar;

e) Parecer Social do técnico responsável pela elaboração do relatório social sobre a necessidade do apoio solicitado.

## **Artigo 18º**

### **Decisão**

1 – Com base na informação social, a qual integra o relatório social, deve a entidade competente para atribuição do apoio proferir a decisão.

2 – Constitui fundamento para indeferimento da prestação de apoio, o parecer constante da informação social que, justificadamente aduza a existência de indícios de rendimentos do requerente ou respectivo agregado familiar superiores ao montante previsto no artigo 3º, alínea a) do presente regulamento.

## **Artigo 19º**

### **Audiência prévia**

1 – Sempre que a entidade competente para a decisão conclua pela existência de fundamentos para o indeferimento do pedido, deve proceder-se à audiência prévia do requerente, nos termos do artigo 100º do Código do Procedimento Administrativo.

2 – O candidato tem dez dias, após a notificação do projecto de decisão final, para se pronunciar.

### **Secção III**

#### **Áreas de actuação**

#### **Subsecção I**

##### **Prestação de cuidados de saúde**

##### **Artigo 20º**

###### **Área da saúde**

Os cuidados de saúde a prestar no âmbito do presente regulamento abrangem, designadamente:

- a) Consultas de especialidade e intervenções cirúrgicas;
- b) Comparticipação em meios complementares de diagnóstico.

##### **Artigo 21º**

###### **Condições específicas de atribuição**

A atribuição das comparticipações prevista no artigo anterior, fica dependente da necessidade de cuidados médicos urgentes, devidamente prescritos e justificados pelo médico de especialidade ou de família.

## **Subsecção II**

### **Habitação**

#### **Artigo 22º**

#### **Área da Habitação**

1 – Os apoios a prestar no âmbito da habitação são, designadamente:

- a) Apoio em materiais de construção para pequenas reparações de habitações degradadas do próprio;
- b) Apoio em materiais de construção para pequenas adaptações da habitação a residentes com deficiência e/ou acamados do próprio.
- c) Apoio, pelos meios adequados, nas ligações ao sistema público de abastecimento de água;

2 – A prestação dos apoios previstos no número anterior deve ser acompanhada pelo técnico da câmara municipal que fez a avaliação da necessidade de reabilitação/adaptação habitacional.

#### **Artigo 23º**

#### **Condições específicas de atribuição**

A atribuição dos apoios previstos no artigo anterior, com excepção da alínea c), depende da verificação das seguintes condições específicas:

- a) Integração das situações de carência habitacional de acordo com os critérios de elegibilidade dos diferentes programas existentes ou a existir;
- b) Avaliação técnica por um engenheiro civil da necessidade de reabilitação/adaptação habitacional de acordo com as características específicas em presença.



**Subsecção III**  
**Deficiência e idosos**

**Artigo 24º**  
**Área da Deficiência e dos Idosos**

1 – Os apoios a prestar no âmbito da deficiência e idosos são, designadamente:

- a) Apoio na aquisição de equipamento e material de ajudas técnicas;
- b) Apoio em equipamento e ou material necessários ao desenvolvimento escolar e ou à autonomia de vida diária dos deficientes.

2 – No caso previsto na alínea a) do número anterior os meios serão cedidos pelo período necessário ao tratamento, findo o qual, deverão ser restituídos em bom estado de conservação, sob pena de terem que ser pagos pelo utilizador, isto quando a natureza dos meios e o tipo de situações, assim o permitirem.

**Artigo 25º**  
**Condições específicas de atribuição**

1 – A atribuição dos apoios previstos no artigo anterior depende da verificação das seguintes condições específicas:

- a) Relatório médico, sempre que possível, da especialidade, prescrevendo as necessidades específicas do individuo portador de deficiência;
- b) Declaração da Segurança Social, dos hospitais e da Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos (ECAE)

## **Subsecção IV**

### **Subsistência**

#### **Artigo 26º**

##### **Área da Subsistência**

Os apoios a prestar no âmbito da subsistência são os seguintes:

- a) Apoio em géneros alimentares, em caso de necessidade de utilização de dietas especiais, nomeadamente para os idosos, doentes crónicos e crianças.
- b) Atribuição de um “cabaz alimentar”, nas situações em que temporariamente, não tenham qualquer forma de sobrevivência.

#### **Artigo 27º**

##### **Condições específicas de atribuição**

A atribuição dos apoios no artigo anterior depende da verificação das seguintes condições específicas:

- a) Na situação prevista na alínea a) do artigo anterior, deve a dieta especial ser prescrita por um médico de especialidade ou de família.
- b) No caso da alínea b) do artigo anterior, a atribuição do “cabaz alimentar”, deve ser precedida de uma informação social sumária elaborada pelo Serviço Social da Câmara, contemplando o máximo de dados possíveis à data, que recomende a prestação do referido apoio.

**Subsecção V**  
**Apoios pontuais e urgentes**

**Artigo 28º**  
**Apoios pontuais a situações excepcionais**

Em situações excepcionais e/ou de carácter urgente, poderão ser prestados apoios pontuais, definidos e aprovados pelo órgão executivo ou por quem em este delegar, mediante um informação social devidamente fundamentada e comprovada pela Divisão de Acção Social e Saúde da Câmara Municipal.

**Secção III**  
**Fiscalização e regime sancionatório**

**Artigo 29º**  
**Entidades fiscalizadoras**

A fiscalização das normas constantes no presente Regulamento é da competência da Câmara Municipal da Trofa.

**Artigo 30º**  
**Restituição dos apoios**

- 1 – Os apoios previstos no presente Regulamento que tenham sido atribuídos indevidamente devem ser restituídos.
- 2 – Consideram-se como indevidamente atribuídos, os apoios concedidos com base em falsas declarações ou na omissão de informações legalmente exigidas.

3 – Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, o impedimento de acesso a apoios futuros.

### **CAPITULO III**

#### **Disposições finais**

#### **Artigo 31º**

##### **Omissões**

As omissões do presente regulamento serão supridas por deliberação da Câmara Municipal.

#### **Artigo 32º**

##### **Disposições transitórias**

Mantêm-se em vigor os Regulamentos Municipais que disciplinem matérias que constem do presente regulamento, na parte em que não contrariem o disposto no mesmo.

#### **Artigo 33º**

##### **Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias sobre a sua publicação, nos termos legais.